

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.158 - RS (2018/0257491-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **L E S DA S**  
**ADVOGADOS** : **ALGEU DAGORT - RS067579**  
: **ALAN DIONI DAGORT - RS091118**  
**AGRAVADO** : **T D E F B**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO BATISTA CERUTTI - RS025725**  
: **ANTONIO PAULO DOS SANTOS - RS049690**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA PÓS-MORTE. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por L. E. S. da S., com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 229):

APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO PÓSTUMO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DE ADOTAR.

A declaração da existência de paternidade ou maternidade socioafetiva depende de prova cabal da posse do estado de filho. No caso dos autos, a autora foi criada pelo falecido e com ele conviveu uma relação paterno-filial publicamente reconhecida.

Inexigibilidade de manifestação expressa e oficial da intenção de adotar. Precedentes do STJ.

Logo, mostra-se viável o reconhecimento da relação de filiação, ainda que postumamente ao pai.

DERAM PROVIMENTO.

Na origem, consta dos autos que T. de F. B. ajuizou ação de investigação de paternidade *post mortem* cumulada com petição de herança contra L. E. S. da S., única filha civilmente reconhecida de seu falecido pai socioafetivo.

O Juízo singular julgou improcedentes os pedidos iniciais, tendo sido a sentença reformada pelo Tribunal de origem para julgar procedente o pedido de reconhecimento póstumo de paternidade socioafetiva, com todos os direitos decorrentes do vínculo de parentesco, incluídos o direito de herança e retificação do registro civil.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 250-263), a recorrente alegou violação aos arts. 1.593 do Código Civil e 42, § 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sustentou, em síntese, que não ficou configurada a relação de paternidade sociofativa entre o seu falecido pai e a ora recorrida.

Ressaltou que a recorrida "sempre foi tratada como enteada e não como filha pelo *de cujus*, o qual apenas dispensou cordialidade própria de um padastro" (e-STJ, fl. 254).

Argumentou que o *de cujus* nunca teve vontade de reconhecer a recorrida como filha, levando-se em conta que não a incluiu como beneficiária no testamento público.

Assinalou que todo o conjunto de provas e testemunhos demonstra que a recorrida não era referida pelo suposto pai como filha no convívio social, sendo chamada por seu nome ou apelido. Salientou que os elementos dos autos denotam que o falecido mantinha apenas relação de amizade e cordialidade para com a filha de sua companheira, sem gerar vínculo paternal.

Pugnou, ao final, pelo provimento do recurso especial a fim de restabelecer a sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deixou de admitir o recurso especial por incidência das Súmulas 5, 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 284-290).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 292-302 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 306-312 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de

admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal de origem, com amparo nas circunstâncias fáticas do caso e nos elementos de prova dos autos, reconheceu a paternidade socioafetiva, registrando os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 234-245 - sem grifos no original):

Com a devida vênia, ainda que falte um escrito "oficial" do ponto de vista jurídico, a vontade do falecido em ter a apelante como sua verdadeira filha está bem provada, sendo lícito dizer que se trata de fato "vivido e construído", confessado e incontroverso.

Não há que se confundir não estamos aqui a tratar de uma "adoção" póstuma.

O pedido aqui é de "reconhecimento de filiação socioafetiva" póstuma.

Diferente da adoção no reconhecimento de vínculo socioafetivo de paternidade, não há que se exigir a 'vontade expressa de adotar'.

Isso porque "adoção" e reconhecimento de "paternidade socioafetiva" são institutos jurídicos distintos, com requisitos absolutamente distintos.

Nesse passo, o manifesto reconhecimento do falecido de que era pai da apelante retira-se da circunstância de Bernardino ter figurado como "pai" da recorrente em sua festa de 15 anos (fotos de fl.

102), e no casamento da apelante (fl. 103). Também os documentos do colégio da apelante (fl. 15) e declaração da diretora da Escola Colégio Sagrado Coração de Jesus (ff. 16), que o falecido era indicado como "pai" da apelante nos documentos escolares.

[...]

Ou seja, é abundante a manifestação do falecido em reconhecer a apelante como sua filha, tendo Bernardino manifestado essa vontade através de atos do cotidiano de toda uma vida.

Também o fato de a apelante não ter registro de paternidade no assento de nascimento é mais um dos elementos a corroborar que o falecido ocupou a papel de pai na vida da apelante.

#### **Testamento de fl. 28**

Um outro fundamento para a sentença julgar pela improcedência do pedido foi o fato de Bernardino ter realizado um testamento, deixando sua parte disponível integralmente para a lha reconhecida, ora apelada, LUCIA.

Ocasão em que nada disse sobre a apelante TERESA.

Contudo, o fato de o falecido não ter manifestado vontade de 'adotar' a apelante, neste testamento, em nada impede o reconhecimento do vínculo de filiação socioafetiva póstumo.

Isso porque, como dito, o reconhecimento do laço de socioafetividade dispensa a manifestação de vontade.

Logo, a ausência de manifestação de vontade de adotar, por ocasião do testamento, não cria obstáculo à procedência do pedido.

Até pelo contrário.

Isso porque, considerando que a apelada LUCIA era a única filha registral do falecido sequer havia necessidade de o *de cujus* deixar em favor da única herdeira a parte disponível.

Claro. Porque, caso LUCIA fosse realmente a única herdeira, a parte disponível já seria destinada, por força de vocação hereditária,

em favor de LUCIA.

Logo, só há sentido e razoabilidade em deixar a parte disponível a LUCIA, por testamento, diante da "consciência" do testador de que a também era sua filha, em que pese oficialmente.

Por isso, o testamento no qual o falecido não referiu a apelante não impede a procedência do pedido.

[...]

**CONCLUSÃO: O QUE MAIS IMPORTA - PATERNIDADE SOCIOAFETIVA**

**O que importa, para o fim aqui autora, isso sim, é o tratamento dispensado entre as partes envolvidas, o conhecimento público da qualidade da relação vivida .**

Isso porque, ao lidarmos com a **filiação socioafetiva** estamos **tratando de um fato da vida que, como tal, se desdobra independentemente da vontade verbalizada ou documentada.**

A base do afeto não é a vontade dita ou escrita, mas o ato praticado, a obra de vida construída de cada um para o outro.

**No caso dos autos, essa obra está feia e acabada.**

**BERNARDINO iniciou uma relação de afeto com TERESA desde quando ela tinha 06 anos de idade.**

**E é essa a obra que estamos a analisar aqui, a qualidade desse afeto mútuo e suas conseqüências jurídicas. Não se trata de reconhecer uma adoção que não foi formalizada, mas de declarar a existência de uma relação de pai e filha.**

**E do que foi posto nestes autos, ficou mais do que provado que TERESA e BERNARDINO viveram como pai e filha. E ademais, que ele tinha a intenção de tê-la como filha.**

Além disso, ao contrário do que é alegado em contestação, o reconhecimento da filiação socioafetiva encontra expresso e específico permissivo legal, no art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que *"o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem"*

No plano constitucional, a filiação socioafetiva encontra amparo na cláusula geral de tutela da personalidade humana, que salvaguarda a filiação como elemento fundamental na formação da identidade e definição da personalidade.

Do mesmo modo, não se pode perder de vista que a paternidade socioafetiva é norma jurídica.

[...]

**Enfim, estão presentes todas as circunstâncias que autorizam o acolhimento do pedido inicial com suas conseqüências jurídicas.**

Examinando as razões supramencionadas, denota-se que o Tribunal de origem reconheceu a filiação socioafetiva existente entre a autora, ora recorrida, e o falecido, com base nas peculiaridades envolvidas no caso, de modo que não há como alterar essa conclusão sem proceder ao revolvimento do acervo probatório dos autos, procedimento obstado pela Súmula n. 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA PÓS-MORTE. RECONHECIMENTO. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. No caso concreto, o tribunal de origem analisou as provas contidas no processo e concluiu que foi comprovada a existência de paternidade socioafetiva. Para alterar esse entendimento, seria necessário o reexame do conjunto probatório do feito, procedimento vedado em recurso especial.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1140873/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 08/11/2018)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator